



AS
CHAVES
DO
REINO

Jonathan Leeman

A NATUREZA POLÍTICA DA IGREJA
COMO EMBAIXADA DE CRISTO


VIDA NOVA

Questões difíceis relacionadas à igreja, ao Estado e à liberdade religiosa surgem diariamente e enchem as páginas dos jornais. Em *As chaves do reino*, Jonathan Leeman traça um caminho em meio a essas questões, e por isso ler sua obra e refletir sobre ela é altamente necessário. São muitas as virtudes desse livro, desde sua leitura institucional que ele faz das Escrituras e da sociedade em geral até uma crítica incisiva às várias formas de liberalismo, caracterizado pela exaltação do eu e de suas carências.

David T. Koyzis, Redeemer University College

As chaves do reino, de Leeman, contribuição incisiva e distintamente evangélica à teologia política, supera as desgastadas dicotomias do liberalismo clássico ao recapturar a ontologia política singular da igreja como uma comunidade portadora de uma mensagem e que, ao mesmo tempo, é uma instituição em cujas mãos estão as chaves do reino. Dar testemunho acerca do governo de Cristo é também representá-lo publicamente diante do mundo. O estudo de Leeman é impressionantemente ponderado e promove uma concepção da igreja como embaixada que aqueles que levam a sério o governo de Cristo não podem se dar ao luxo de ignorar. Leitura fundamental (e edificante!).

Matthew Arbo, Oklahoma Baptist University

Ouve-se muito que a igreja é uma fraternidade, não uma instituição. Jonathan Leeman nos faz repensar isso. Abrangente, profundamente bíblico e com sólido embasamento, tanto teológico quanto político, *As chaves do reino* é uma excelente contribuição — a obra de um estadista — que merece toda a nossa atenção. Precisamos absorver o conceito da igreja local como uma embaixada do governo de Cristo. É exatamente isso que o autor nos permite fazer.

Stephen N. Williams, Union Theological College

Nessa obra importante e profunda, Jonathan Leeman defende o argumento de que Cristo é o Senhor de tudo, e, por isso, reina tanto na igreja quanto na esfera pública. Ao mesmo tempo, Leeman destrincha as diferenças entre a esfera pública e o campo de atuação da igreja, o que lhe permite apresentar de maneira notável as implicações para a nossa eclesiologia. Nessa obra, encontramos uma teologia bíblica e sistemática robusta e habilmente aplicada ao nosso papel como cidadãos e membros da igreja.

Thomas R. Schreiner, The Southern Baptist Theological Seminary

O livro bem argumentado de Leeman é um lembrete oportuno de que a realidade plena da igreja se encontra na igreja local. Não vejo como o livro dele não venha a ser considerado uma obra padrão nessa área de investigação teológica.

Stanley Hauerwas, professor emérito da cátedra Gilbert T. Rowe de Divindade e Direito da Duke University

AS
CHAVES
DO
REINO



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Leeman, Jonathan

As chaves do Reino : a natureza política da igreja como embaixada de Cristo /
Jonathan Leeman ; tradução de Lucília Marques. -- São Paulo : Vida Nova, 2020.
416 p.

ISBN 978-65-990083-2-0

Título original: Political church: the local assembly as embassy of Christ's rule

1. Cristianismo e política 2. Igreja 3. Religião - Vida cristã I. Título
II. Marques, Lucília

20-1434

CDD 261.7

Índices para catálogo sistemático

1. Cristianismo e política

AS
CHAVES
DO
REINO

Jonathan Leeman

A NATUREZA POLÍTICA DA IGREJA
COMO EMBAIXADA DE CRISTO

Tradução

LUCÍLIA MARQUES



VIDA NOVA

©2016, de Jonathan Leeman

Título do original: *Political church: the local assembly as embassy of Christ's rule*,
edição publicada por INTERVARSITY PRESS (Downers Grove, Illinois, EUA).

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
SOCIEDADE RELIGIOSA EDIÇÕES VIDA NOVA
Rua Antônio Carlos Tacconi, 63, São Paulo, SP, 04810-020
vidanova.com.br | vidanova@vidanova.com.br

1.ª edição: 2021

Proibida a reprodução por quaisquer meios,
salvo em citações breves, com indicação da fonte.

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Todas as citações bíblicas sem indicação da versão foram traduzidas diretamente da English Standard
Version (ESV).

DIREÇÃO EXECUTIVA
Kenneth Lee Davis

GERÊNCIA EDITORIAL
Fabiano Silveira Medeiros

EDIÇÃO DE TEXTO
Arthur Wesley Dück
Cristina Ignacio

PREPARAÇÃO DE TEXTO
Rafael Caldas
Marcia B. Medeiros

REVISÃO DE PROVAS
Fernando Mauro S. Pires

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO
Sérgio Siqueira Moura

DIAGRAMAÇÃO
Claudia Fatel Lino

CAPA
Douglas Lucas

À minha paciente e amorosa esposa.
Obrigado, SHANNON, por apoiar este projeto
desde o início até o tão esperado fim.

Sumário

<i>Plano sucinto da obra</i>	11
<i>Agradecimentos</i>	15
<i>Prefácio</i>	17
Introdução	23
1. O que é política?.....	57
2. O que é uma instituição?	103
3. A política da Criação.....	149
4. A política da Queda	181
5. A política da nova aliança.....	249
6. A política do reino.....	305
Conclusão.....	401
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	405
<i>Índice remissivo</i>	411

Plano sucinto da obra

Introdução	23
Primeira necessidade: uma melhor conceituação institucional	27
Segunda necessidade: uma melhor conceituação política	29
O que outros disseram a respeito	34
Uma abordagem pactual.....	41
Reunindo conceituações políticas e institucionais	51
1. O que é política?	57
O que é política?	58
<i>A separação entre o público e o privado.....</i>	58
<i>Governança coercitiva e de alcance público abrangente.....</i>	61
<i>O que é o Estado?.....</i>	63
<i>Conclusão</i>	64
A separação entre o político e o espiritual.....	65
A espiritualidade da igreja.....	70
Liberdade religiosa como liberdade de consciência	74
Uma conceituação religiosa mais ampla e uma visão a partir de algum lugar	78
Uma conceituação política mais ampla	85
Como a liberdade religiosa destrói a liberdade religiosa	90
Conclusão	97
2. O que é uma instituição?.....	103
Comunidade e a virada relacional.....	104
O que é uma instituição?.....	110
O que é uma instituição política?	117
O que é uma comunidade política e sua membresia?	120
<i>Comunidade política e território</i>	123
<i>Rebelião política e outras complexidades</i>	125
<i>Outros tipos de unidade.....</i>	126

Uma comunidade de súditos ou de cidadãos?.....	127
Institucionalismo bíblico e teológico.....	132
<i>Não somente um conceito secular</i>	133
<i>Uma hermenêutica institucional</i>	134
<i>Mais do que uma hermenêutica política</i>	139
Sabedoria bíblica.....	143
Conclusão	146
3. A política da Criação.....	149
A política de Deus	151
<i>Sociabilidade divina</i>	153
<i>Sociabilidade humana</i>	156
A política da Criação	161
<i>O Criador é rei</i>	162
<i>A entidade política arquetípica e o mandato de cidadania</i>	166
<i>Duas classes de filiação política</i>	172
<i>Adoração política, o mandato sacerdotal e o santuário arquetípico</i>	173
Autoridade e consciência: absolutas <i>versus</i> mediadas	177
Conclusão	179
4. A política da Queda	181
O governo universal de Deus e a aliança noaica.....	192
<i>O mecanismo da justiça e o alicerce do governo</i>	195
<i>Tolerância religiosa — primeira parte</i>	209
<i>Sete lições da aliança noaica</i>	216
A responsabilidade política/religiosa das nações	219
Modelando o governo universal de Deus por meio das alianças especiais.	224
<i>Aliança abraâmica</i>	226
<i>Aliança mosaica</i>	232
<i>Agindo em nome de Deus</i>	236
<i>Aliança davídica</i>	237
Mudança institucional, indicação de nomes e governo visível.....	238
<i>Relatividade institucional e mudança</i>	239
<i>A efetivação do governo na salvação e no juízo</i>	241
Conclusão	245

5. A política da nova aliança.....	249
Um povo político	255
A nova aliança.....	257
<i>Deuteronômio</i>	257
<i>Jeremias</i>	257
<i>Ezequiel</i>	259
<i>Isaias</i>	260
<i>Uma aliança confirmada pelas duas partes?</i>	262
<i>Conclusão: o cumprimento das alianças anteriores</i>	264
Política do coração e do espírito.....	264
<i>Totalitarismo e a nova aliança</i>	265
<i>Quatro lições para uma teologia política</i>	268
<i>Conclusão</i>	288
Política do perdão	288
<i>Quem tem autoridade para perdoar?</i>	290
<i>Qual é a base dessa autoridade, à luz da justiça retributiva?</i>	291
<i>O que significa perdão em termos políticos?</i>	295
Reinvocando o mandato de cidadania da Criação.....	301
Conclusão	302
6. A política do reino.....	305
A política de Jesus e de seu povo.....	307
<i>Jesus</i>	309
<i>Igreja</i>	312
<i>Recomissionados no ofício de Adão</i>	313
Mateus (primeira parte): uma cidadania celestial.....	316
<i>Cumprimento da aliança</i>	317
<i>Céu e terra</i>	318
<i>Mudança de regime</i>	321
<i>Nova aliança</i>	322
<i>Ofício justo, comunidade justa</i>	323
Paulo e justificação	328
<i>Justificação presente e inclusão na aliança</i>	328
<i>O forense é político</i>	334

<i>Pela fé somente — o fundamento inesperado para a unidade política</i>	337
<i>Justificação futura segundo as obras</i>	339
<i>Conclusão</i>	341
Mateus (segunda parte): as chaves do reino	343
<i>Ainda necessário: reconhecimento público, segurança, reautorização e interpretação imbuída de autoridade</i>	344
<i>Mateus 16 e as chaves do reino</i>	346
<i>Mateus 18 e a igreja local</i>	356
<i>Quem detém as chaves: as igrejas ou os presbíteros?</i>	360
<i>Mateus 28 como cerimônia de deputação</i>	371
Uma igreja, seus membros e as ordenanças	374
<i>Membresia na igreja e as ordenanças</i>	374
<i>O que é uma igreja e onde ela está?</i>	377
Uma embaixada celestial, escatológica e sinalizadora na terra	377
<i>Uma assembleia política</i>	377
<i>Uma embaixada sinalizadora</i>	378
<i>Tolerância religiosa — segunda parte</i>	382
<i>Uma embaixada no cenário internacional</i>	386
Conclusão: a unidade da igreja.....	397
Conclusão	401
A esperança política das nações.....	402

Agradecimentos

Devo uma palavra especial de agradecimento às pessoas com quem conversei, às que me aconselharam e às que me proporcionaram oportunidades. Stephen Wellum, Johannes Hoff e Maurice Dowling foram meus conselheiros durante todo o projeto, ajudando a aperfeiçoar argumentos e mostrando perspectivas que não haviam sido examinadas. Wellum é especialmente responsável (ou culpado?) por minha metodologia teológica. Hoff, que vem de uma perspectiva teológica bem diferente da minha, ocupou-se humildemente do projeto sem tentar alterar sua essência, exemplificando, assim, a abertura para novas ideias, a imparcialidade e a dedicação à compreensão que caracterizam os professores mais humanos e sensatos. Também sou grato a Stephen N. Williams, que leu o trabalho inteiro pelo menos duas vezes e percebeu uma série de rachaduras no cimento que eu não havia notado.

Bobby Jamieson provavelmente merece um lugar de destaque por ser o amigo com quem eu conversava durante horas para burilar algum conceito — como dois esquilos trabalhando juntos para quebrar uma noz mais dura. David Koyzis e Tom Schreiner também leram a obra e deram contribuições que a aperfeiçoaram.

Michael Haykin foi quem me introduziu nesse projeto. Matt Schmucker, Mark Dever e Ryan Townsend, com muita generosidade, providenciaram o período sabático e o apoio geral para que eu pudesse estudar e escrever. Kevin Vanhoozer e Dan Treier, de modo surpreendente, se interessaram pelo livro e ofereceram gentilmente a oportunidade de publicá-lo em sua série. E David Congdon prestou ajuda conduzindo o livro pelo processo de publicação na IVP. Agradeço a cada um desses amigos e parceiros.

Acima de tudo, minha mais profunda gratidão e amor à minha esposa, Shannon, pelas incontáveis horas de trabalho até tarde da noite e inúmeras madrugadas, fins de semana e feriados roubados, e pelas muitas orações envolvidas em um trabalho que já dura nove anos. Uma dedicatória em um livro não é nem de perto uma retribuição à altura, mas ela a merece mais do que qualquer outra pessoa.

Prefácio

Este livro tem dois objetivos principais. O primeiro é substituir o mapa de política e religião que muitos cristãos vêm usando desde as revoluções democráticas do século 18 por outro mais bíblico. O segundo é explicar onde a igreja local se encaixa, como instituição política ou embaixada do governo de Cristo, nesse mapa redesenhado.

Eu não sou o primeiro a tentar empreender essas duas tarefas. No entanto, é impressionante observar como os cristãos ocidentais continuam a aceitar como absolutos os pressupostos iluministas do liberalismo clássico, e depois ficam perplexos quando esses pressupostos solapam os princípios que eles valorizam ou quando até mesmo restringem o espaço para a prática de suas crenças.

O exemplo mais evidente pode estar em nossas teorias sobre a liberdade religiosa. Com frequência, baseamos a defesa da liberdade religiosa na noção amplamente difundida e não sectária da “liberdade de consciência”, mas depois ficamos surpresos quando um tribunal emprega “o direito de definir o conceito de existência” para sustentar o aborto, ou o direito de fazer “certas escolhas pessoais essenciais para a dignidade e para a autonomia da pessoa, entre as quais escolhas íntimas que definem identidade e crenças pessoais”, para justificar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Afinal, essas formulações não são simplesmente outras maneiras de definir a liberdade de consciência? Por que, então, a consciência cristã deve prevalecer sobre a não cristã quando as duas entram em conflito?

Toda a discussão sobre liberdade religiosa repousa em pressupostos sobre a relação entre o aspecto político e o religioso — a saber, que eles ocupam domínios separados, embora às vezes estejam sobrepostos. Geralmente, pensamos na arena pública como o lugar da política, enquanto os espaços privados do lar e da igreja são reservados para a religião, embora afirmemos que a fronteira entre eles é permeável.

Esse é o mapa que quero ajudar a descartar. Igreja e Estado são instituições distintas, com jurisdições diferentes. Nenhuma delas deve confundir sua jurisdição. Uma carrega a espada, enquanto a outra traz as chaves do reino.

No entanto, o trabalho de cada uma se desenvolve em um cenário em que a política e a religião são totalmente coincidentes, como duas lentes circulares perfeitamente colocadas uma sobre a outra. A arena pública nada mais é do que um campo de batalha dos deuses. A igreja é uma instituição política habitada por cidadãos do céu que trazem uma mensagem claramente política: Jesus é o rei.

A separação entre política e religião, ousou dizer, é um estratagema ideológico. Imagine um daqueles detectores de metais usados na segurança aeroportuária colocado na entrada da arena pública. Sua função, porém, não é detectar metais, mas, sim, a religião. A máquina dispara o alarme toda vez que alguém passa por ela com um Deus sobrenatural com D maiúsculo escondido dentro de uma de suas convicções, mas não capta os pequenos deuses com d minúsculo, inventados pelo próprio indivíduo ou construídos socialmente. Nessa arena pública, o secularista, o materialista, o darwinista, o consumista, o elitista, o chauvinista e, francamente, o fascista podem todos entrar levando seus deuses consigo, como se carregassem figuras de madeira entalhada dentro do bolso. O mesmo não acontece com cristãos ou judeus. Sua convicção de que o assassinato é errado, porque todas as pessoas são feitas à imagem de Deus, pode muito bem ser detectada como uma arma semiautomática. O significado disso, claro, é que a arena pública está inclinada, de modo indissociável, em direção aos secularistas e materialistas. O debate público é ideologicamente manipulado. O secularista pode trazer seu deus. Eu não posso trazer o meu, porque o nome dele começa com uma letra maiúscula e não fui eu que o inventei.

Enquanto isso, as igrejas se desviam para uma destas duas direções: ou alegam, equivocadamente, ser espirituais e não políticas, e assim deixam de defender as posições que deveriam (a recusa da Igreja da Inglaterra, na África do Sul, em tratar da questão do *apartheid* é um exemplo disso), ou se convencem de que o ativismo político na arena pública é seu trabalho mais importante, e se desviam de sua missão primordial: ser a igreja.

Repetindo o que outros já disseram antes de mim, a atividade política mais poderosa da igreja é ser igreja e proclamar sua mensagem singular. Após o redesenho do mapa da política e da religião, *este* é o principal objetivo deste livro: apresentar a igreja local como uma embaixada do governo de Cristo que irrompe na história. A igreja conserva em seu poder as chaves do reino para falar do céu na terra, proclamando o *quê* e o *quem* do evangelho. E a vida da igreja é mantida pela justificação somente pela fé, a força política mais poderosa no mundo hoje para nivelar hierarquias e unir inimigos de outrora.

Em outras palavras, o Estado é um construtor de plataformas terrenas, enquanto a igreja é uma sinalizadora celestial. O trabalho do Estado é construir uma plataforma de paz, ordem e proteção para o povo de Deus, de modo que as igrejas possam prosseguir com seu trabalho. E o trabalho da igreja é pendurar cartazes com o nome de Jesus sobre crenças corretas, práticas corretas e pessoas corretas — os cidadãos do reino de Cristo que se arrependem e creem. Por meio do batismo e da ceia do Senhor, uma igreja pendura cartazes no povo de Deus, os quais dizem “Representante de Jesus”. Esse, certamente, não é o trabalho do Estado, assim como empregar força coercitiva em prol da paz certamente não é função da igreja.

Neste livro, trabalhei com afínco para estudar a fundo os alicerces bíblicos, seguindo, em particular, o enredo das alianças na Bíblia. E me atrevo a dizer que as partes do livro que os leitores podem achar mais tediosas, isto é, as longas análises das narrativas das Escrituras na parte central do livro, são de fato as mais importantes, pelo menos para reestruturar a maneira como pensamos sobre religião e política e o trabalho da igreja.

Todo escritor se sente tentado a tornar seu público o mais amplo possível, de modo que mais pessoas possam se beneficiar de seu trabalho. No entanto, tenho em mim tanto do chamado antimodernismo, que estou convencido de que cada um de nós só pode escrever *dentro* dos limites de nossas próprias tradições de justiça e racionalidade, como afirma Alasdair MacIntyre. Meu argumento aqui não é o do relativista, de que toda tradição é tão boa quanto qualquer outra, uma vez que tudo é relativo. A ideia que defendo é a do pressuposicionista. Estamos todos construindo sobre os alicerces de nossas próprias pressuposições e princípios fundamentais, e as várias tradições de justiça e racionalidade têm pontos de partida específicos. Assim, parece-me mais honesto dizer que estou escrevendo como cristão para os cristãos. Meu objetivo principal é edificar os cristãos e fortalecer as igrejas. Se isso for alcançado, terá o benefício adicional de servir nossos vizinhos não cristãos e talvez até de abençoar a esfera pública. Mas a ordem e a ênfase aqui são essenciais. Se os teólogos políticos cristãos ou os filósofos políticos cristãos tentarem primeiro convencer seus pares não cristãos, antes mesmo de convencerem a si mesmos e seus irmãos, terão de construir sobre uma base comum, o que invariavelmente significa comprometer suas próprias bases, que foi de onde parti um momento atrás. (Nesse sentido, o trabalho do teólogo é diferente do trabalho do apologista.)

Se você, leitor, não for cristão, acredito que talvez venha a ter uma compreensão melhor de uma perspectiva cristã lendo o que escrevo para outros cristãos do

que se eu estivesse escrevendo para você. É como entrar em uma casa de modo sorrateiro e escutar a conversa de uma família. Isso talvez o ajude a entender melhor o que eles *realmente* pensam. Dentro de uma estrutura antimodernista, na verdade, estou até inclinado a pensar que essa é a melhor abordagem para a troca de ideias na esfera pública, seja política, seja filosófica: deixe-me entrar na sua tradição para ver como é, e depois você entra na minha.

Em geral, grande parte da recente teologia política, como disciplina, parece pender para essa direção antimodernista, ou pelo menos isso acontece entre os que se autodenominam teólogos políticos. Não só isso, essa tendência recente da teologia política costuma ter mais interesse em compreender e descrever a igreja, enquanto aqueles que se definem como filósofos políticos tendem a se interessar primeiramente pelo Estado, e depois disso tratam da igreja como um complemento secundário. Veja Thomas Jefferson ou James Madison, no passado, e John Rawls ou Michael Sandel, no presente. Todos eles têm teorias sobre a relação entre Igreja e Estado. Mas será que algum deles consegue apresentar uma descrição bíblicamente criteriosa do que é a igreja? Penso que a resposta é obviamente não. Até onde sei, Thomas Jefferson nunca tratou da relação entre as alianças bíblicas ou de como Jesus cumpre tipologicamente o ofício adâmico de rei-sacerdote antes de constituir um povo composto de reis-sacerdotes da nova criação. Quer dizer, os cristãos que afirmam se preocupar com a relação entre Igreja e Estado fariam bem em prestar um pouco menos de atenção ao elenco padrão de filósofos populares em departamentos de teoria política (embora eu interaja com alguns deles aqui) e dar mais atenção aos teólogos que trabalham para esclarecer o que as Escrituras dizem sobre a igreja. Creio que Luke Bretherton está correto quando escreve:

Em decorrência de [...] a igreja ser a igreja, ela recusa a permitir que o Estado [ou o filósofo político, eu acrescentaria] estabeleça os termos e condições de entrada na esfera pública: se a igreja, para ser autenticamente ela mesma, é uma entidade política pública que fala sua própria linguagem, então que assim seja. O Estado ultrapassa seus limites ao procurar determinar quando, onde e com que voz a igreja pode falar. Inversamente, a igreja se limita de uma forma errônea quando só age e fala dentro das condições estabelecidas para ela externamente.¹

¹Luke Bretherton, *Christianity and contemporary politics: the conditions and possibilities of faithful witness* (Maldan: Wiley-Blackwell, 2010), p. 54.

O que peço em oração para este livro é que ele possa dar ao leitor uma compreensão melhor do que a Bíblia diz sobre a igreja e de como ela descreve o mapa político no qual a igreja serve aos propósitos do reino de Cristo. Oro também para que ele possa capacitar o leitor para a obra de edificar sua igreja local, em santidade e amor, para os propósitos estabelecidos por Cristo, o Rei.

Introdução

O professor de ciência política Robert Putnam, em um conhecido ensaio de 1995, intitulado “Bowling alone” [Boliche solitário], observou que “há mais americanos jogando boliche hoje do que nunca, mas o boliche em ligas organizadas despencou”.¹ O projeto de Putnam, que se concentrou no declínio dos níveis de participação dos americanos em organizações voluntárias, foi auxiliado por dezenas de assistentes de pesquisa que se debruçaram sobre inúmeros catálogos comerciais e residenciais da cidade, anuários das lojas maçônicas, estatísticas de membros da Federação Geral de Clubes Femininos, arquivos do Rotary Club, relatórios da Igreja Episcopal e muitas outras fontes. De fato, gastei um ano de minha vida na Biblioteca do Congresso, na Widener Library, de Harvard, e nos escritórios de muitas organizações nacionais e locais, pesquisando esses mesmos dados sobre números de membros.² Muito provavelmente, não foi o ano *mais* fascinante da minha vida.

Um pressuposto fundamental de toda essa análise neotocquevilliana, e uma suposição de muitos ocidentais democráticos, é que as igrejas locais são mais um tipo de organização voluntária, algo que pertence à mesma categoria da organização de beisebol Little League e do Sierra Club. Poucas pessoas negariam que as igrejas locais são *politicamente significativas*, muito menos Putnam, o qual defende a tese de que participar de organizações voluntárias é fundamental para “fazer a democracia funcionar”, como ele afirma em outro livro com o mesmo título. Mas isso é qualitativamente diferente de dizer que as igrejas locais são associações totalmente políticas, como seria o caso, digamos, da embaixada dos Estados Unidos em Londres, na Inglaterra.

¹Robert D. Putnam, “Bowling alone: America’s declining social capital”, *Journal of Democracy* 6 (January 1995): 70.

²Não tive participação alguma na pesquisa sobre as ligas de boliche. O trabalho que fiz a respeito pode ser encontrado em Gerald Gamm; Robert D. Putnam, “The growth of voluntary associations in America, 1840-1940”, in: Robert I. Rotberg, org., *Patterns of social capital: stability and change in historical perspective* (New York: Cambridge University Press, 2001), p. 179-80; veja tb. Robert Putnam, *Bowling alone: the collapse and revival of American community* (New York: Simon & Schuster, 2001), p. 507.

No entanto, a principal tese deste livro é que a igreja local é exatamente uma assembleia política desse tipo. De fato, a igreja é uma espécie de embaixada, só que representa um reino de influências políticas ainda maiores para as nações e seus governantes. E essa embaixada representa um reino que está, não em outro espaço geográfico, mas em outro tempo escatológico.

Em outras palavras, este livro trata da questão bíblica e teológica do que constitui uma igreja local. A resposta que defenderei aqui é que Jesus concede aos cristãos a autoridade para estabelecer igrejas locais como embaixadas visíveis de seu governo do fim dos tempos, por meio das “chaves do reino” descritas no Evangelho de Mateus. Em virtude tanto das chaves quanto de uma concepção protestante tradicional de justificação apenas pela fé, a igreja local existe como uma assembleia política que representa publicamente o Rei Jesus, mostra a justiça e a retidão do Deus triúno e proclama a reivindicação de Jesus sobre as nações e seus governos.

Isso significa que estou acusando meu ex-empregador de ter cometido um erro metodológico, que as igrejas não são realmente organizações voluntárias, afinal de contas? Do ponto de vista do Estado, com certeza, a filiação à igreja deve ser voluntária. O Estado não tem autoridade nisso, segundo defendo aqui. A questão é: Como as Escrituras cristãs apresentam as igrejas locais e onde elas se encaixam em um cenário político das nações, segundo o que a Bíblia concebe? As igrejas deveriam ser classificadas como instituições de Estado, organizações voluntárias ou algo totalmente diferente? A imagem prosaica de um assistente de pesquisa de ombros caídos, digitando estatísticas de afiliação em planilhas do Excel, apresenta um “puxão de orelha” que nos impede de cair em abstração teológica inútil, diante de qualquer afirmação de que a igreja local é uma instituição “política”. Como, então, os profetas e apóstolos da Bíblia orientariam o assistente de pesquisa de um cientista político a classificar a igreja local? Para responder a essa pergunta, são necessárias duas coisas: descrever o que é a igreja local e esboçar o cenário político das nações, segundo a Bíblia o concebe, o que pode ser a parte mais difícil.

Sem dúvida, não são somente os cientistas políticos que classificam uma igreja como uma organização semelhante a um clube. Os historiadores cristãos do primeiro século também procuram afinidades entre as igrejas e as associações religiosas e associações voluntárias públicas do mundo greco-romano. Esses historiadores nos dizem que essas organizações, assim como as igrejas, aplicavam ritos de iniciação para os futuros membros; cobravam taxas dos membros; exerciam

disciplina sobre eles; usavam um linguajar de parentesco, chamando um ao outro de “irmão” ou “pai”; e até davam títulos a seus líderes, como *episkopos* e *diakonos*.³ Esses historiadores não pretendem necessariamente dizer que a igreja era somente mais uma dessas organizações; e eu, de minha parte, não pretendo negar que existem analogias entre os dois tipos de entidades, assim como não negaria que existem analogias entre a igreja e a família, uma analogia que é bíblica (e.g., 1Tm 3.15; 1Pe 4.17; cf. Ef 2.19).⁴ Muitas dessas comparações e analogias constituem proveitosas linhas de investigação e formulação teológica.

Ainda assim, meu propósito aqui é argumentar que a essência institucional da assembleia local é uma unidade política. Os membros de uma igreja estão unidos de outras maneiras, além da política. Mas o que une a igreja local como um conjunto de pessoas característico, distinto das nações e distinto dos cristãos que fazem parte de outras igrejas, é o fato de que o senhorio universal de Jesus Cristo é exercido *lá* — entre *elas*. É *aqui* que as chaves do reino são usadas para afiliação, disciplina e asserção doutrinária. O governo político de Cristo pode não ser “deste mundo”, no sentido de que não tem sua fonte ou origem no mundo, mas, sim, no céu (Jo 18.36).⁵ E seu governo une todos os cristãos de todos os lugares de forma invisível. Mas esse governo universal se manifesta na história visivelmente e institucionalmente por meio da proclamação do evangelho e da atividade de ligar e desligar da igreja local, as duas

³Richard S. Ascough, “Greco-Roman philosophic, religious, and voluntary associations”, in: Richard N. Longenecker, org., *Community formation in the early church and in the church today* (Peabody: Hendrickson, 2002), p. 3-19; veja tb. Wayne A. Meeks, *The first urban Christians: the social world of the apostle Paul* (New Haven: Yale University Press, 1983), p. 77-80 [edição em português: *Os primeiros cristãos urbanos: o mundo social do apóstolo Paulo*, tradução I. F. L. Ferreira (São Paulo: Paulinas, 1992)]; Philip A. Harland, *Associations, synagogues, and congregations: claiming a place in ancient Mediterranean society* (Minneapolis: Fortress, 2003) e *Dynamics of identity in the world of early Christians: associations, Judeans, and cultural minorities* (New York: T&T Clark, 2009). Veja tb. a discussão de Robert Louis Wilken sobre a opinião dos romanos a respeito das igrejas, como na descrição feita por Plínio, o Jovem, dos grupos cristãos como *hetaeria*, palavra que pode ser traduzida como “clube político” ou “associação” (Wilken, *The Christians as the Romans saw them*, 2. ed. [New Haven: Yale University Press, 2003], p. 32-5).

⁴E.g., Meeks, *First urban Christians*, p. 75-7; Joseph H. Hellerman, *The ancient church as family* (Minneapolis: Fortress, 2001).

⁵D. A. Carson, *The Gospel according to John*, Pillar New Testament Commentary (Grand Rapids: Eerdmans, 1991), p. 594 [edição em português: *O comentário de João*, tradução de Daniel de Oliveira; Vivian do Amaral Nunes (São Paulo: Shedd, 2007)]; J. Ramsey Michaels, *The Gospel of John*, New International Commentary on the New Testament (Grand Rapids: Eerdmans, 2010), p. 922-3; Raymond E. Brown, *The Gospel according to John XIII-XXI*, Anchor Bible (Garden City: Doubleday, 1970), p. 852.

atividades que constituem como uma igreja particular um grupo de cristãos que, de outra forma, seria totalmente desconectado. Tornar-se membro de uma igreja é ser declarado cidadão do reino de Cristo. É a existência coletiva politicamente autorizada de uma igreja local que constitui um grupo de cristãos como uma embaixada visível do reino de Cristo na terra e que, por sua vez, autoriza formalmente cada indivíduo que pertence àquela assembleia a representar o nome do Rei perante as nações e seus governantes como um embaixador.

Isso não quer dizer que a autoridade exercida em uma igreja local evidencie sua política interna independente e que eu esteja usando o termo de modo metafórico, como quando se fala de “política do escritório” ou “política da universidade”. Em vez disso, o governo da igreja local é somente um pedaço de tecido do rolo maior que constitui o governo de Cristo entre as nações e seus governos. Tanto o Estado quanto a igreja mediam o governo de Deus e, diferentemente da autoridade mediada de, digamos, um pai, ambos fazem uma reivindicação imbuída de autoridade sobre toda a sociedade, um pela espada e a outra pela proclamação do evangelho. E o que dá respaldo a essas duas reivindicações é a própria espada de Deus, ainda que essa espada não se mostre até o *eschaton*. O protoliberal Thomas Hobbes observou: “O Reino de Deus, portanto, é um Reino real, não um Reino metafórico”.⁶ Assim, o que se faz necessário, diz o teólogo político contemporâneo Oliver O’Donovan, é uma “conceituação

⁶Thomas Hobbes, *Leviathan*, in: Richard Tuck, org., Cambridge texts in the history of political thought (Cambridge: Cambridge University Press, 1991), cap. 35, § 219 [edição em português: *Leviatã*, tradução de João Paulo Monteiro (São Paulo: Martins Fontes, 2014)]. Hobbes pode parecer um candidato improvável para defender esse argumento, mas ele realmente afirma a existência literal do reino de Deus. Contudo, isso não afeta sua teoria do Estado, como seria de esperar, porque ele (mais ou menos) situou esse reino inteiramente dentro do *eschaton*: “o Reino de Cristo não terá início até a Ressurreição geral” (ibidem, cap. 41, seção 262; veja tb. seção 263 e 264). No entanto, a vedação que ele colocou entre o presente e o futuro não era estanque. Embora defendesse a tese de que “o Reino que [Jesus] reivindicou era de outro mundo”, ele também reconheceu que “é dito que os Santos já estão no Reino da Graça, como naturalizados naquele Reino celestial” (ibidem, cap. 41, seção 243). Em suma, Hobbes apresentou um equilíbrio delicado. De um lado, ele quis dizer que “não há nada feito ou ensinado por Cristo que tenda à diminuição do Direito Civil dos judeus, ou de César” (ibidem). De outro lado, Hobbes quis reservar um lugar para a desobediência civil, no caso de um governo querer forçar um indivíduo a desobedecer a lei de Deus: “Mas, se a ordem [do soberano civil] for de uma natureza tal que não possa ser obedecida sem levar à Morte Eterna, então seria loucura obedecer a ela, e o Conselho de nosso Salvador tem a primazia: (*Mt 10.28*) não temam os que matam o corpo e não podem matar a alma” (ibidem, cap. 43, seção 321; veja tb. cap. 31, seção 186; cap. 42, seção 271). Se o sistema de Hobbes era totalmente coerente ou não no tocante a esses pontos é algo que está fora do escopo deste livro.

política mais completa”, que “afaste um pouco o horizonte da política trivial e dê espaço para a atividade de Deus”.⁷

Primeira necessidade: uma melhor conceituação institucional

É tentador passar diretamente para a discussão de Mateus sobre as chaves do reino, nos capítulos 16, 18 e (implicitamente) 28. Faremos isso no capítulo 6 para defender o argumento de que Jesus autoriza a igreja local a agir como essa embaixada do futuro. Contudo, se as nossas conceituações políticas e institucionais forem formadas pelas ideologias contemporâneas, mais do que pela narrativa bíblica, as lentes dessas ideologias poderão distorcer nossa análise dessas passagens. Portanto, dedicarei os cinco primeiros capítulos do livro — a maior parte dele — tentando tirar as lentes erradas e colocar as certas. Depois disso, examinaremos os textos principais.

Isso significa que, primeiramente, antes de chegarmos ao objetivo final de definir a igreja local, este livro construirá uma teologia política a partir do zero. Para defender a tese de que a igreja é uma “instituição política”, precisamos entender tanto o conceito de “política” quanto o de instituição. Estou convencido de que precisamos de uma melhor conceituação de política e de instituição. Permita-me falar um pouco sobre cada uma delas, começando com a última.

Um tema que surgirá ao longo de todo o livro é o da especificidade institucional. O problema com grande parte da teologia de hoje, creio eu, é a falta de compreensão e especificação institucional.

Considere, por exemplo, como George Eldon Ladd, geralmente um notável estudioso da Bíblia, descreve a promessa de Jesus de edificar sua igreja e dar a Pedro as chaves do reino. Essa declaração, afirma Ladd, “não fala do estabelecimento de uma organização ou instituição”, mas, em vez disso, está em continuidade direta com a tradição do Antigo Testamento de “constituir um povo”.⁸ Quando Ladd contrapõe a construção de uma instituição à criação de um povo pertencente a um reino, isso nos leva a perguntar o que ele entende

⁷Oliver O’Donovan, *Desire of the nations: rediscovering the roots of political theology* (New York: Cambridge University Press, 1996), p. 2. Veja tb. David Miller; Sohail H. Hashmi, “Introdução”, in: idem, orgs., *Boundaries and justice: diverse ethical perspectives* (Princeton: Princeton University Press, 2001), p. 13.

⁸George Eldon Ladd, *A theology of the New Testament*, ed. rev. (Grand Rapids: Eerdmans, 1993), p. 107-8 [edição em português: *Teologia do Novo Testamento*, tradução de Degmar Ribas Júnior (São Paulo: Hagnos, 2003)].